

A importância da taxa de câmbio sobre as exportações catarinenses no período de 2001 a 2006

Darlan Christiano Kroth[✧]
Evandra Gemelli[⊗]
Arlei Luiz Fachinello[△]

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar o impacto das variações cambiais sobre as exportações catarinenses, no período de 2001 a 2006. Para alcançar o objetivo, realizou-se estudo comparativo, e a técnica de pesquisa para a coleta de dados foi o levantamento (*survey*) através de questionários junto às empresas exportadoras do Estado. As empresas foram divididas em dois grupos: o primeiro grupo reuniu empresas que exportaram de 2001 a 2003 ininterruptamente e deixaram de exportar a partir de 2004 (pré-exportadoras); e o segundo grupo foram elencadas as empresas que iniciaram suas vendas externas a partir de 2004 ininterruptamente (pós-exportadoras). Nesse sentido, o trabalho inova em termos de método de análise sobre os efeitos da taxa de câmbio, para os quais são utilizados tradicionalmente métodos econométricos. Como principais resultados, verificou-se que a taxa de câmbio é um fator muito relevante para as empresas pesquisadas manterem-se no mercado internacional. Ressalta-se que para as empresas pré-exportadoras a apreciação do câmbio foi o principal motivo pelas quais deixaram de exportar a partir de 2003. No caso das empresas pós-exportadoras, a demanda externa foi o principal fator que proporcionou a entrada das mesmas no comércio exterior, não havendo influência direta da taxa de câmbio, porém a mesma foi apontada como muito importante para a manutenção de suas vendas. O trabalho permitiu ainda visualizar a necessidade da elaboração de políticas públicas adjacentes, além da intervenção na taxa de câmbio, como forma de incentivo para as empresas exportadoras, como políticas direcionadas para redução do chamado custo-Brasil.

Palavras-Chave: Taxa de câmbio. Comércio exterior. Santa Catarina.

1. Introdução

A apreciação da taxa de câmbio brasileira a partir de 2003, fomentou uma série de debates sobre os impactos que este movimento geraria no comércio exterior e sobre a indústria nacional. Desde a mudança do regime cambial em 1999, quando o câmbio passou a ser flutuante, o país conviveu com sucessivas depreciações da moeda a qual contribuiu para a inversão nos resultados verificados na balança comercial pós Plano Real, em 1994.

A partir de 2003, a taxa de câmbio inverte sua tendência e inicia novo ritmo de apreciação. Passados alguns anos de convivência com a taxa de câmbio apreciada, o que se observou é um desempenho surpreendente no comércio exterior, crescendo a taxa de 19% ao ano.

[✧] Professor do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó. E-mail: darlanck@yahoo.com.br

[⊗] Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó. E-mail: evandra@unochapecó.edu.br

[△] Professor Doutor da Universidade Federal de São Carlos – Campús Sorocaba-SP. E-mail: fachinello@ufscar.br

Esse desempenho suscitou novas teses para explicar o fenômeno, em que as mais aderentes referem-se ao crescimento da economia mundial concomitante a conquista de novos mercados e o ganho de competitividade das empresas brasileiras, após um período de experiência com a concorrência internacional proporcionada pela maior abertura comercial pós-Real.

Em Santa Catarina este movimento se reproduziu, e a partir de 2003, as exportações apresentam um crescimento anual médio de 17,6%. Porém, o que suscita uma análise mais aprofundada é que este desempenho ficou abaixo do nacional e menor que o crescimento das importações (44% a.a.). Houve também uma redução do número de exportadores a partir de 2004 e uma queda da participação das exportações catarinenses no total nacional, de 5,5% em 1994 para 4,2% em 2008.

Este desempenho pode estar demonstrando que em primeiro lugar o movimento da taxa de câmbio é sentido de forma diferenciada pelas empresas nas diferentes regiões do país e, segundo, que o desempenho exportador catarinense carece de maiores estudos para verificar quais são os fatores que influenciam em seu desempenho. Neste sentido o presente trabalho se propôs a investigar como as variações cambiais têm afetado as exportações catarinenses antes e depois de 2003. Presume-se que a taxa de câmbio é uma das variáveis fundamentais para explicar a trajetória da balança comercial.

Para responder aos objetivos, foi realizado um estudo comparativo, através de um *survey*, com aplicação de questionários junto às empresas catarinenses que realizaram exportações ininterruptas no período compreendido entre 2001 a 2006. Do total de 227 empresas selecionadas, foram divididas em dois grupos. O primeiro, representado pelas empresas que tiveram exportações contínuas no período de 2001 a 2003 (taxa de câmbio depreciada em relação a que período), e que deixaram de exportar após 2003. O segundo grupo, foram incluídas empresas que tiveram exportações contínuas a partir de 2004 até 2006, período em que a taxa de câmbio apresentou-se apreciada. Dessa forma, pode-se comparar dois grupos de empresas em momentos diferentes da taxa de câmbio, e observar a interferência dessa variável nos seus desempenhos. Do total de empresas selecionadas, foram obtidas 24 respostas.

Para apresentação do trabalho, o mesmo está dividido em cinco partes, incluindo esta introdução. Na segunda parte faz-se uma revisão de literatura referente à importância da taxa de câmbio. Na terceira seção apresenta o desempenho do comércio exterior catarinense. Em seguida é apresentado a metodologia e os resultados da pesquisa, e na sequência têm-se as conclusões.

2. Taxa de câmbio e política cambial: impactos sobre o comércio exterior brasileiro

A política cambial no Brasil sempre foi uma válvula de ajuste necessária e muito utilizada ao longo de sua história republicana. A experiência histórica foi marcada pela restrição externa, o que impôs um grande esforço do Governo para adaptá-la aos objetivos nacionais. Prevaleceu, porém ao longo do tempo uma política de câmbio fixo, com desvalorizações sucessivas para acompanhar a inflação e possibilitar um volume de vendas externas condizentes com as metas macroeconômicas¹. E não menos importante citar, que a sempre reduzida quantidade de reservas mantinha o preço da moeda estrangeira em ponto de ebulição.

Na história recente, pós-Real, a condução da política cambial foi alvo de críticas, seja de economistas pró-indústria, seja de empresários e exportadores. As críticas decorriam de que o preço da moeda estrangeira, em muitos períodos, acabava deixando a indústria nacional desamparada frente à concorrência internacional.

De fato, ao observar a Figura 1 que confronta o preço da moeda estrangeira (dólar americano) com o movimento da balança comercial, verifica-se até 2003 uma tendência relativamente bem comportada conforme a doutrina macroeconômica apresenta, ou seja, relação negativa entre taxa de câmbio e importação e positiva entre o câmbio e exportações².

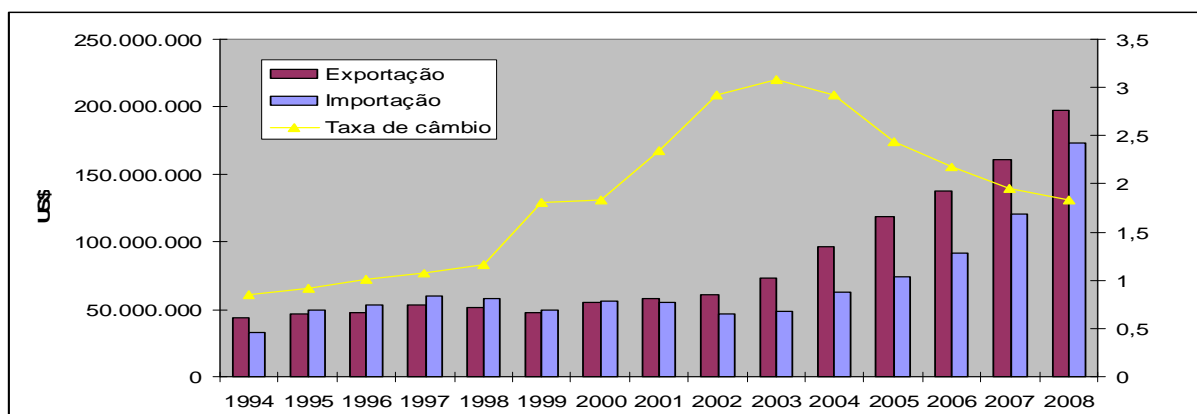


Figura 1: Taxa de câmbio (R\$/US\$) e desempenho do comércio exterior Brasil - 1994-2008

Fonte: IPEADATA, elaboração própria

¹ Mais detalhes em Zini Jr. (1995).

² Idem.

De 1994 a 1998 a taxa câmbio situou-se na faixa de R\$ 0,85 a R\$ 1,16, faixa esta que obedecia ao regime de bandas cambiais.³ Com uma taxa de câmbio fortemente valorizada e aliado com um maior grau de abertura da economia, o desempenho das exportações foi muito ruim, e a balança comercial registra seguidos déficits. Este desempenho fomenta uma séria de críticas à política cambial do Governo, pois além das exportações, a produção interna é duplamente prejudicada. Por um lado, a maior concorrência internacional e por outro, para sustentar o nível do câmbio, vigorou uma taxa de juros elevada visando atrair capital estrangeiro.

A partir de janeiro de 1999, diante da escassez de reservas para manter o Real valorizado e dos ataques especulativos que o real vinha sofrendo, ocorreu a mudança do regime de bandas cambiais para o regime de câmbio flutuante. Houve uma intensa depreciação da taxa de câmbio, dando início a uma fase de expansão das vendas externas e da melhora do nível competitivo do Brasil. Após esse período, o saldo da balança comercial melhorou, obtendo-se superávits a partir de 2002⁴.

A depreciação da moeda em 1999 não gerou resultados imediatos sobre a balança comercial. Nos dois primeiros anos os déficits permaneceram. Para Lisboa (2005), essa situação decorre que os efeitos do câmbio sobre as exportações não ocorrem de forma imediata, assim nos primeiros meses após a depreciação, os efeitos do câmbio tendem a se fazer sentir mais nos preços do que nas quantidades. De fato, apenas a partir de 2001 verifica-se superávit, situação que permaneceu até 2003, concomitante ao câmbio depreciado.

Em meados de 2003, a taxa de câmbio entra em uma tendência de apreciação, ressuscitando os debates acerca da manutenção do desempenho do comércio exterior. Neste debate pode-se destacar duas linhas de pensamento no país. A primeira corrente, que poderia ser chamada de neoclássica, coloca-se a favor de um câmbio apreciado, em virtude de uma maior exposição das empresas a concorrência internacional. A segunda corrente, chamada de desenvolvimentista, defende uma taxa de câmbio depreciada com vistas a defender a indústria nacional.

³ A taxa de câmbio valorizada foi um dos expedientes/mecanismos utilizados na política de estabilização da economia. De acordo com Oreiro e Rangel (2001), o câmbio fixo permite um maior controle da inflação, forçando a inflação doméstica a igualar-se a inflação do exterior acrescida das expectativas de desvalorização cambial. Dessa forma, no câmbio fixo as expectativas de desvalorização são iguais a zero e a inflação doméstica será igual à inflação internacional.

⁴ Para Barros e Giambiagi (2008) a adoção do regime de câmbio flutuante aumentou o grau de liberdade das autoridades para se prevenir diante de crises externas e ainda, não acarretou um descontrole de inflação, ou seja, proporcionou mudanças nos ciclos de vulnerabilidade externa que o país vinha enfrentando.

Com relação a tese neoclássica, Barros e Pereira (2008), apontam que a taxa de câmbio apreciada abre uma janela de oportunidade para que a indústria nacional se modernize e aumente seu potencial competitivo, o que ocorre pela via da redução dos preços de máquinas e equipamentos importados. Ainda segundo os autores, a apreciação permite, devido a maior presença de importados a condução de uma política monetária mais compatível em relação ao aumento da demanda interna.

Miranda (2001, p.10), também defensor da tese, aponta que a apreciação do câmbio conjugado com uma maior exposição da economia brasileira ao comércio internacional,

[...] traria ganhos de eficiência alocativa; reduziria custos de produção e preços finais; modernizaria plantas pela redução do custo dos equipamentos importados; ajustaria o mix de produtos das firmas; diminuiria o grau de verticalização produtiva, especializando as empresas segundo suas vantagens competitivas; e aumentaria o volume das exportações, o que compensaria o impacto negativo inicial do aumento das importações sobre a balança comercial, gerando por fim uma trajetória de crescimento sustentável.

Na opinião de Araújo Júnior (1996), um câmbio depreciado pode gerar superávits comerciais por longo prazo, mas através da transferência indevida de recursos ao resto do mundo e do empobrecimento desnecessário da população, considerando que com um câmbio mais elevado, encarece os preços internos.

Diante desta situação, Barros e Pereira (2008) argumentam que o período de apreciação cambial no Brasil se mostrou importante, dado que as atividades que mais importaram também foram as que mais produziram e ampliaram suas vendas externas. Isso indica que existe uma correlação positiva entre as importações e as exportações, pois muitas empresas exportadoras se utilizam de insumos importados na elaboração de seus produtos.

Assim, com a apreciação cambial essas empresas têm mais vantagens na aquisição destes insumos, beneficiando conseqüentemente suas exportações. Além disso, o câmbio apreciado gera oportunidades para que a indústria nacional se modernize e amplie seu potencial competitivo.

Para os defensores da tese desenvolvimentista, existe um argumento contrário a apreciação, pois a mesma acaba sendo prejudicial ao crescimento econômico, tendo em vista a perda de competitividade das empresas domésticas. Neste caso a manutenção de uma taxa de câmbio depreciada é estratégica para fins de ampliar a produção das firmas nacionais.

Essa visão é corroborada por Araújo (2009) em que expõe que a política cambial além de buscar atingir basicamente três objetivos, quais sejam: i) manter a inflação estável; ii) garantir a

estabilidade econômica; e, iii) auxiliar na conquista do equilíbrio interno e externo, a política cambial “pode e deve ser utilizada também como um instrumento para estimular o crescimento econômico, em especial, nos países em desenvolvimento.” (ARAUJO, 2009, pg 25). Em seu estudo para 82 países emergentes e em desenvolvimento, para os anos de 1980 a 2007 verificou uma forte correlação positiva entre câmbio depreciado e crescimento econômico.

Já para Ribeiro & Markwald (2008), as desvalorizações cambiais servem como estímulo para o ingresso de novos setores no mercado externo, também pode-se aumentar os ganhos de escala e a competitividade, possibilitando uma inserção mais dinâmica no comércio internacional. Por outro lado, as valorizações da taxa de câmbio podem reduzir ou até mesmo extinguir determinadas atividades exportadoras. Além disso, a produtividade e a competitividade acabam sendo prejudicadas.

Segundo Pastore *et al.* (2008), a história econômica do Brasil possui exemplos concretos de que o câmbio valorizado afeta de forma negativa o crescimento, os exemplos são a crise da dívida externa em 1980 e a crise cambial em 1999, que mudou o regime cambial para flutuante. Ainda segundo os autores (2008, p. 270), “crescem menos os países que mantêm o câmbio persistentemente sobrevalorizado”. Outro argumento nesta direção expõe que o processo de apreciação pode levar ao aumento de riscos e incertezas em relação às transações internacionais, afetando de forma negativa os níveis de investimento, emprego e produção.

Na visão de Gonçalves (1996, p. 144), “a apreciação cambial pode aumentar a pressão por medidas protecionistas e, assim, comprometer o avanço de reformas comerciais liberalizantes”. Tese também defendida por Freitas (1996, p. 101):

[...] uma valorização gradual da moeda pode acabar aumentando os fluxos de entrada de capitais pela expectativa de apreciações adicionais. A queda da taxa de juros compromete o objetivo de controle da inflação e aumenta o déficit em transações correntes, agravando os riscos de uma reversão futura abrupta.

Em relação aos benefícios da apreciação sobre a importação de capital e insumos, há o argumento de que para alguns setores, onde as firmas são pouco demandantes de importações acabam sofrendo com mais intensidade os efeitos da valorização cambial. Neste contexto, é interessante destacar a estrutura das exportações, onde algumas categorias de produtos estão mais suscetíveis à apreciação do Real.

Quanto ao fato das exportações terem aumentado significativamente a partir de 2003, Oreiro (apud STEIN, 2007, pg 23) faz uma ressalva, “apesar do aumento das exportações brasileiras nos últimos cinco anos, a participação do país no comércio internacional hoje (1,1%) é inferior à registrada em 1985 (1,3%). Ou seja, as vendas cresceram menos do que a média do resto do mundo.”

Em meio a discussão sobre a política cambial, o país mantém o ritmo de crescimento de suas exportações. Nos anos de 2002 a 2006, a taxa de câmbio efetiva real se apreciou em cerca de 40%, mas o valor das exportações e o saldo da balança comercial, cresceram 127% e 242%, respectivamente (JANK *et al.*, 2008). Dessa maneira, o ano de 2003 pode ser considerado um ponto de inflexão no comportamento do comércio exterior brasileiro, pois a taxa de câmbio entra numa rota descendente, enquanto as exportações mantêm-se em ritmo acelerado.

Neste ponto, em que algumas relações da teoria macroeconômica são colocadas à prova, emerge outros fatores tentando explicar o fenômeno, como por exemplo: crescimento da economia mundial, novos acordos bilaterais, além da melhoria da competitividade, propiciada pela abertura comercial.

Com relação ao crescimento da economia mundial, Puga (2005, p. 58) destaca que,

O forte dinamismo do comércio mundial nos últimos anos tem feito das exportações um importante motor do crescimento econômico em diferentes países. O desempenho, por outro lado, foi bastante heterogêneo entre os países e, especialmente, em termos setoriais. Os principais ganhos de participação nas exportações mundiais foram para países em desenvolvimento, como China e México.

Em complemento, Krugman & Obstfeld (2001), afirmam que o comércio exterior e crescimento econômico andam juntos, pois o crescimento de um país pode beneficiar os demais, através dos efeitos multiplicadores existentes no comércio exterior. Neste aspecto o Brasil pode ter ganho vantagem, sobretudo na venda de commodities (minérios e grãos), para países emergentes, como a China e a Índia, que ampliaram a demanda internacional por tais produtos.

Quanto à melhoria da competitividade, alguns autores como Markwald (2001) apontam que apesar dos percalços iniciais, a abertura comercial possibilitou uma reestruturação da indústria brasileira que ganhou competitividade, devido sobretudo ao maior acesso a tecnologia, conseguindo se fortalecer no comércio internacional.

Para Krugman & Obstfeld (2001), as mudanças provocadas pelo livre comércio fazem com que as empresas procurem novas alternativas e isto permite que as mesmas tenham mais oportunidades, ou seja, a maior concorrência favoreceu a melhoria dos produtos e a busca por inovações.

Em síntese, é importante ressaltar que por mais que a taxa de câmbio tem grande influência sobre o comércio internacional, é mister destacar que a manutenção de um bom desempenho no comércio internacional, não se faz apenas com política cambial, e sim com políticas acessórias, cita-se industrial e comercial, que crie um ambiente propício para investimentos e acesso das empresas nacionais aos mercados estrangeiros.

3. A dinâmica do comércio exterior no estado de Santa Catarina

As transformações ocorridas em nível nacional, como o processo de abertura comercial, acordos comerciais, mais precisamente o Mercosul, e ainda o crescimento da economia mundial foram sentidas na dinâmica econômica de Santa Catarina. Essas transformações trouxeram como consequência a maior exposição das empresas à concorrência externa e também o acesso à importação de tecnologia.

Segundo Cunha (1999), nos primeiros anos desta década, o mercado externo foi um importante estimulador das atividades industriais catarinenses. Pois o mesmo trouxe algumas mudanças positivas, como a diversificação da produção, o que permitiu aumento da produtividade e conseqüentemente da competitividade em relação ao mercado internacional.

Por meio da Tabela 1 pode-se observar que a balança comercial catarinense apresentou superávit em todo o período pós-Real, alcançando seu melhor desempenho em 2005, e decaindo desde então. Neste quesito o estado apresentou uma dinâmica diferente da verificada pelo país logo após o início do Plano Real. Quanto à variação de crescimento da balança comercial catarinense, as exportações registraram um crescimento anual de 9,7% e as importações em torno de 20,3%, no período de 1994 a 2008.

Tabela 1: Balança comercial de Santa Catarina, taxa de câmbio e participação das exportações catarinenses no total exportações do Brasil, 1994-2008

Ano	Exportações*	Importações*	Saldo*	Taxa de câmbio**	Part. % SC/BR
-----	--------------	--------------	--------	------------------	---------------

1994	2.404	878	1.526	0,848	5.52%
1998	2.605	1.271	1.334	1,161	5.09%
2002	3.157	931	2.226	2,921	5.22%
2003	3.695	993	2.702	3,078	5.05%
2004	4.853	1.509	3.344	2,926	5.02%
2005	5.584	2.188	3.396	2,435	4.71%
2006	5.982	3.469	2.513	2,176	4.34%
2007	7.381	5.000	2.381	1,948	4.60%
2008	8.311	7.941	370	1,837	4,20%

* Em US\$ milhões. ** R\$/US\$.

Fonte: MDIC, elaboração própria

No entanto mesmo com o bom desempenho da balança comercial, verifica-se uma redução da participação do estado no agregado nacional, sendo que em 1994 o mesmo tinha uma participação de 5,52% no total das exportações brasileiras, reduzindo-se para 4,2% em 2008. O que se verifica é que no período pós-2003, as exportações catarinenses apresentaram um significativo crescimento anual, cerca de 15%, mas mesmo assim ficaram aquém do desempenho verificado no país para o mesmo período, cerca de 19%.

Com relação a composição dos produtos exportados, a Figura 2 ilustra que a pauta exportadora não teve grandes variações no decorrer do período, com exceção para o ano de 2008 quando os produtos básicos atingem a maior participação da série, 40%. Neste sentido, os produtos básicos reduzem sua participação até 2003, quando a partir daí voltam a crescer. Em contrapartida, os produtos industrializados tiveram perda de participação expressiva em 2008, reduzindo-se para 60%, visto que em 1999-2000 respondiam por 74% das exportações.

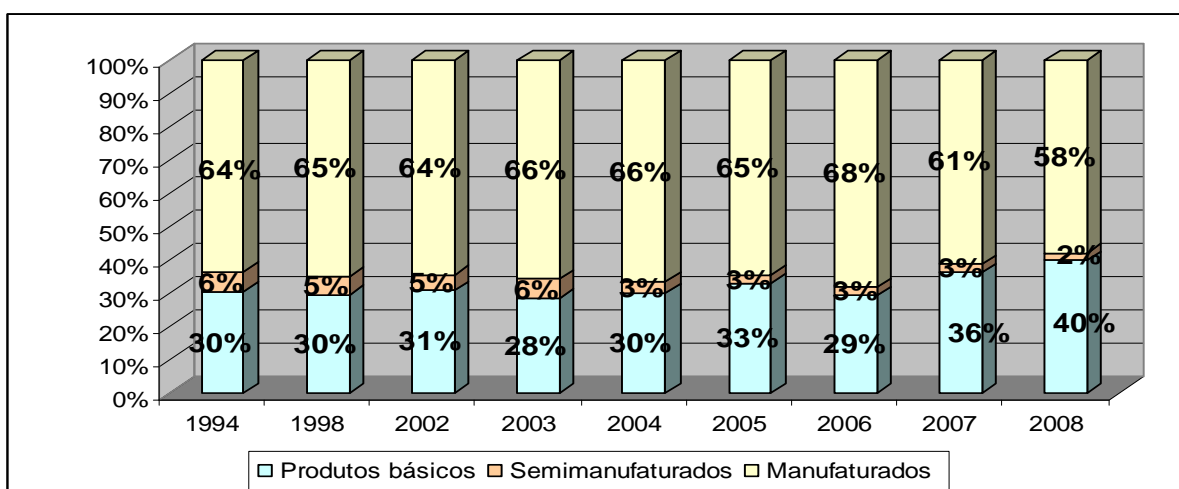


Figura 2: Exportações por fator agregado (Em percentual)

Fonte: MDIC, elaboração própria

No contexto nacional, destaca-se o mesmo comportamento, com preocupação em relação ao crescimento da participação dos produtos básicos na pauta exportadora. Segundo Ribeiro e Markwald (2008, p. 362), “de 1998 a 2007 o percentual subiu de 25,4% para 32,1%”.

Além deste enfoque da pauta exportadora, torna-se relevante a análise do comportamento da pauta importadora catarinense. Através da Figura 3, nota-se expressiva mudança na pauta, com queda acentuada dos produtos básicos, sendo que de 1994 a 2008 o percentual de participação reduziu-se de 42% para 8%.

Em contraste com a exportação, os industrializados tiveram aumento significativo, onde a participação evoluiu de 57% em 1994 para 92% em 2008 do total importado. Diante deste desempenho, cabe registrar a participação dos setores, com destaque para os bens intermediários (insumos industriais), que em 2001 representavam uma participação de 50%, passando para 65% em 2008. O segundo lugar é preenchido pelos bens de capital, o qual sofreram uma variação negativa no período analisado de 33% para 21%, mas continuam mantendo a mesma posição, ou seja, os mesmos nunca atingiram o auge das importações, mas também nunca estiveram em último lugar. Já em relação aos bens de consumo, de 2001 a 2008 tiveram uma melhora no desempenho passando de 8% para 14%.

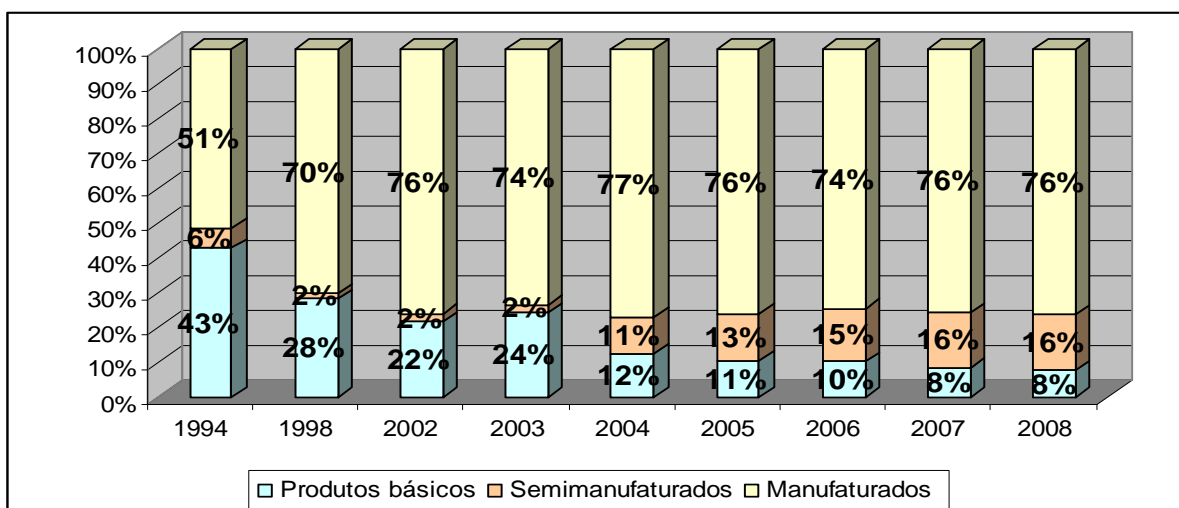


Figura 3: Importações por fator agregado (Em percentual)

Fonte: MDIC, elaboração própria

Analisando as estatísticas de importação catarinense, fica bastante evidente que a apreciação da taxa de câmbio teve impacto significativo em seu desempenho pós-2003, mas ao contrário do que espera-se, as importações não estão sendo direcionadas para a modernização do parque industrial, e sim para insumos (que são utilizados em sua maioria para atender consumo doméstico) e bens de consumo.

Além da análise da composição da pauta, seja pelo lado das exportações como das importações, cabe também analisar o destino das vendas do estado ou a origem das compras externas realizadas pelo mesmo. Dessa forma, observa-se pela Tabela 2, que as exportações catarinenses se destinam principalmente para Estados Unidos, países da União Européia e Ásia. No entanto, nota-se uma significativa queda da participação dos Estados Unidos nas exportações catarinenses a partir de 2005, tendo uma redução no percentual de 32% em 2002 para 14% em 2008. Por outro lado a Ásia e Demais blocos vem aumentando sua participação, denotando assim uma maior diversidade nas vendas externas, ficando menos dependente de um ou poucos países.

Em relação as importações, nota-se um grande aumento das importações asiáticas, cujo percentual se eleva de 11% em 2002 para 37% em 2008, onde a China surge como o principal parceiro do estado, atingindo o valor de US\$ 1.622 milhões no total das importações. Sobre o comportamento das importações asiáticas, verifica-se um desempenho semelhante para o caso brasileiro. De acordo com Levy et al. (2008), o comércio entre o Brasil e China vem se caracterizando por um elevado crescimento, onde as importações brasileiras em 2007 atingiram a cifra de US\$ 3,5 bilhões, representando uma variação de 630% quando comparadas ao ano de 2002.

Tabela 2: Principais blocos de destino das exportações e origem das importações catarinenses – anos selecionados – Em percentual

Destino/Origem	Exportação			Importação		
	2002	2005	2008	2002	2005	2008
União Européia	27%	23%	28%	31%	19%	14%
Ásia	9%	10%	16%	11%	20%	37%
Estados Unidos	32%	25%	14%	10%	8%	8%
Mercosul	5%	8%	10%	34%	30%	16%
Aladi	7%	9%	10%	5%	15%	18%
Demais Blocos	20%	25%	22%	8%	8%	6%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: MDIC, elaboração própria

Quanto ao Mercosul, Carvalho & Silva (2007), destacam que o país é bastante favorecido pelas trocas comerciais com os parceiros do bloco, mas não apresenta alto grau de dependência em relação a eles. No entanto, além dos pontos destacados acima cabe verificar se houve ou não variação no número de empresas que compõe a base exportadora e importadora catarinense no período analisado.

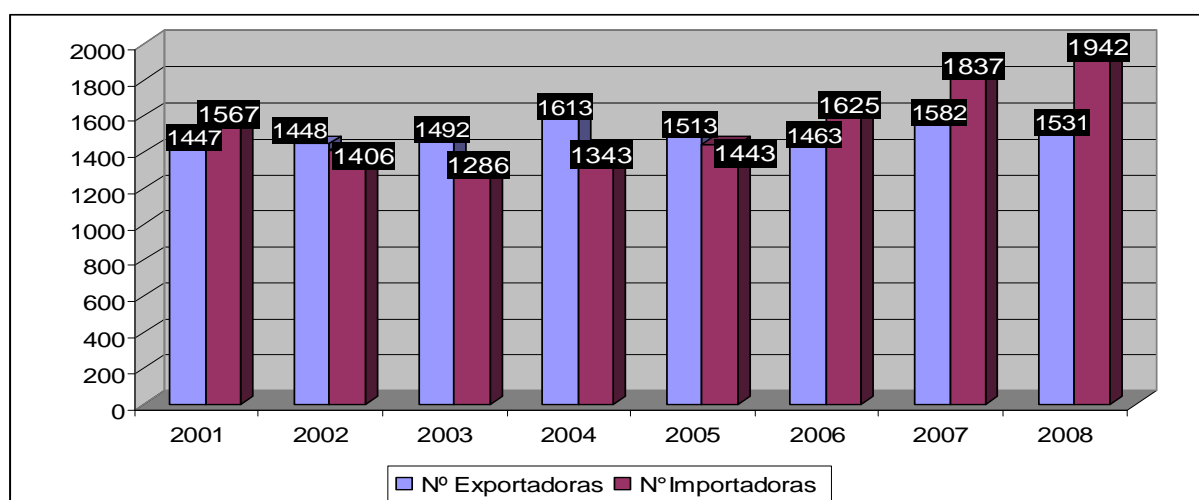


Figura 4: Evolução do número de empresas exportadoras e importadoras catarinenses

Fonte: MDIC, elaboração própria

Conforme observa-se na Figura 4, o número de empresas exportadoras manteve-se estagnado entre 2001 e 2002, com um pequeno aumento registrado em 2003. Em contrapartida as empresas importadoras tiveram acentuadas quedas neste período, com uma redução de 18% em 2003 comparada com o ano de 2001.

Já em 2004, mesmo diante da apreciação cambial evidencia-se a entrada de um número expressivo de novas empresas nas vendas externas, fato que também se observa no comportamento das empresas importadoras. Porém, as exportadoras não mantiveram esse comportamento nos anos seguintes, reduzindo seu número de 2004 a 2006 em 150 empresas, melhorando a partir de 2007. Já em relação às importadoras, destaca-se um significativo aumento, sendo que no período de 2004 a 2008 tem-se a entrada de 599 novas empresas.

4. Pesquisa junto as empresas exportadoras de Santa Catarina no período de 2000 a 2006

4.1 Metodologia

Para verificar a importância da taxa de câmbio para os exportadores catarinenses, o presente trabalho utilizou-se do método comparativo e a técnica de pesquisa para a coleta de dados foi o levantamento (*survey*) através de questionários encaminhados para as empresas⁵, via correio eletrônico ou ainda, em alguns casos a aplicação se deu por telefone. A base das empresas exportadoras foi obtida do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), e o período de análise correspondeu aos anos de 2001 a 2006.

Após a identificação das empresas exportadoras, realizou-se uma divisão das mesmas, separando em uma primeira lista, as empresas que realizaram exportações de 2001 até 2003, ininterruptamente e pararam de exportar a partir do ano de 2004. Neste rol, compreendeu 80 empresas, para as quais se rotulou de “pré-exportadoras”. Na segunda lista, em que se verificou a existência de 147 empresas – chamadas daqui em diante de “pós-exportadoras” -, foram classificadas as empresas que iniciaram suas vendas externas em 2004 e exportaram ininterruptamente até 2006⁶.

Depois de realizada a seleção, foram elaborados dois questionários, sendo um direcionado para as empresas pré-exportadoras (Questionário 1) e outro abrangendo as pós-exportadoras (Questionário 2).

A segmentação em dois grupos foi necessária e fundamental para alcançar os objetivos da pesquisa, isto é, verificar a importância da taxa de câmbio para as firmas exportadoras. Tendo em vista que no período de 2001 a 2003 a taxa de câmbio estava depreciada, gera a hipótese de que as firmas exportadoras nesse período eram beneficiadas pela taxa de câmbio. Por outro lado, em 2004, período em que a taxa de câmbio inicia uma fase de apreciação, conduz a hipótese de que as firmas que iniciaram exportações neste ano sofriam pouca influência da taxa de câmbio. Neste sentido, através dos dois grupos, será possível verificar as características de cada firma em relação a taxa de câmbio, e até que ponto a taxa de câmbio foi relevante para abrir novos mercados no exterior e permanecer com estes, segundo opinião das empresas.

⁵ Os questionários podem ser acessados junto aos autores, através de correio eletrônico.

⁶ No período de análise, 2001 a 2006, Santa Catarina apresentou um universo de 3.035 empresas exportadoras (MDIC, 2008), mas o número de empresas que apresentaram as características citadas, foi no total de 227 empresas.

Neste sentido, do total de empresas pré-exportadoras, 80 empresas, foram enviados 60 questionários e obteve-se a resposta de 5 empresas⁷. Quanto às empresas pós-exportadoras, 147 empresas, foram enviados 100 questionários, recebendo 19 respostas.

Deve-se considerar também que, no período que se iniciou o trabalho a taxa de câmbio estava mais apreciada, em torno de R\$ 1,60. Enquanto que no momento de envio da pesquisa, a taxa de câmbio se depreciou chegando próximo de R\$ 2,40 que pode ter impactado nas exportações das empresas entrevistadas, desestimulando as mesmas a responder os questionários.

4.2 Apresentação dos resultados

A apresentação dos resultados segue a divisão da pesquisa, isto é, em dois blocos, em que o primeiro explora informações acerca das características das empresas pesquisadas e de seu comércio exterior (4 perguntas), e em seguida trata-se dos aspectos relacionados à taxa de câmbio (9 perguntas).

4.2.1 Empresas pré-exportadoras (2001 a 2003)

Dentre as empresas que responderam o questionário, cabe destacar que três delas se localizam no Sul do estado, uma no Planalto Serrano e uma no Oeste Catarinense, pertencendo aos seguintes setores de atividade respectivamente: alimentício, cerâmico, têxtil e madeireiro.

Com relação ao tamanho⁸, observa-se duas empresas de pequeno porte, duas de médio porte, e uma empresa de grande porte. Do seu faturamento, questionou-se sobre o percentual que era advindo das exportações. Percebeu-se que a maior parte das empresas tem um percentual reduzido de seu faturamento proveniente das vendas externas. Apenas uma empresa possui maior dependência com relação ao comércio exterior, tendo até 90% de seu faturamento proveniente do mercado externo.

Essa situação denota que as empresas, por terem um baixo percentual de seu faturamento envolvido com as vendas externas, dedicavam maiores esforços para o mercado doméstico, tendo

⁷ Uma das explicações para o baixo número de respostas das empresas pré-exportadoras refere-se que muitas já encerraram as atividades, pois a mesma se voltava exclusivamente para as exportações. Outro fator relevante ocorre do fato que como não exportam mais não demonstraram interesse na pesquisa.

⁸ Para o tamanho/porte da empresa, seguiu-se os parâmetros adotados pelo SEBRAE (2008).

o mercado externo apenas uma janela para diversificar a produção e ganhar experiência, uma vez que a rentabilidade proporcionada pela depreciação da taxa de câmbio compensava os custos.

Os produtos exportados pelas empresas no período de 2001 a 2003 referem-se à produtos de madeira, como móveis, painéis e molduras, alimentos e artigos de vestuário. Cabe salientar que não se verifica mudanças relevantes na pauta exportadora durante os anos pesquisados, ou seja, as empresas mantiveram exportando os mesmos produtos.

Outro fator importante a ser destacado refere-se ao destino desses produtos. Os dois principais mercados citados pelas empresas foram, respectivamente, Estados Unidos e México. No entanto, verifica-se também alguns países Europeus, da Ásia e ainda, da América Latina que se constituem importantes parceiros das empresas pesquisadas.

Tabela 3: Motivos que levaram as empresas a deixar de exportar após 2003

Motivos	Número de empresas
Taxa de câmbio desfavorável	4
Custos elevados envolvidos na transação	3
Falta de demanda externa	1
Preferência pelo mercado interno	1
Mudança de objetivo	1

Fonte: Pesquisa, elaboração própria

Quando questionadas a respeito dos motivos que ocasionaram sua saída do mercado externo, a Tabela 3 demonstra que a taxa de câmbio foi apontada como sendo a variável mais determinante para esta situação, dado a perda de competitividade.

Também foi considerado relevante os elevados custos que envolvem a atividade exportadora. Adicionalmente, as empresas citaram a falta de demanda externa, o direcionamento para o mercado interno e a mudança de objetivo da empresa.

A segunda pergunta do bloco “taxa de câmbio”, buscou verificar qual a relevância da taxa de câmbio para a manutenção das vendas externas. Pela Tabela 4 percebe-se que as empresas consideraram a taxa de câmbio de extrema importância para o desempenho das exportações, sendo que quatro delas indicaram um nível de 80% a 100% de relevância.

Tabela 4 – Grau de importância para a manutenção das vendas externas

Grau de importância	Nr. Empresas
Extrema importância (de 80% a 100%)	4
Média importância (de 40% a 79%)	1

Pouca importância (até 39%)	--
Sem importância (0%)	--

Fonte: Pesquisa, elaboração própria

Na seqüência, foi solicitado para as empresas apontarem qual seria a taxa de câmbio ideal, para se manter exportando e ainda, obter uma boa margem de lucro. Dessa forma, a Tabela 5 demonstra que as empresas defendem uma taxa de câmbio depreciada, que esteja situada entre R\$ 2,01 a R\$ 3,00. Neste sentido, as empresas pesquisadas foram unânimes em dizer que para a continuidade das atividades, com uma margem de lucro satisfatória só se daria a partir de uma taxa de câmbio maior.

Tabela 5: Indicação da taxa de câmbio ideal para as empresas pré-exportadoras

Suposição da taxa de câmbio ideal	Número de empresas
Entre R\$ 1,00 e R\$ 2,00	-
Entre R\$ 2,01 e R\$ 2,50	3
Entre R\$ 2,51 a R\$ 3,00	2
Acima de R\$ 3,01	-

Fonte: Pesquisa, elaboração própria

Quando questionadas sobre a utilização de mecanismos de proteção cambial e/ou linhas de crédito, como operações de hedge cambial⁹ e o ACC/ACE, respectivamente, verificou-se que três empresas se utilizaram de ACC/ACE, seguidas do fechamento de contrato de câmbio antecipado (duas firmas) e trava de câmbio, com apenas uma firma realizando tal operação.

Tabela 6 – Tipo de operações de hedge cambial efetuadas pelas empresas pré-exportadoras

Operação realizada	Nr. de empresas
ACC/ACE	3
Fechamento de contrato de câmbio antecipado	2
Trava de câmbio	1
NDF	0

Fonte: Pesquisa, elaboração própria

Cabe salientar que estes instrumentos, amplamente oferecidos pelo Governo, são importantes para aumentar a competitividade das exportações e ainda, permitir uma maior

⁹ O hedge cambial funciona como uma espécie de seguro para os exportadores, diminuindo os riscos associados às variações da taxa de câmbio. Mais detalhes, ver em Fortuna (2002).

inserção das empresas no cenário do comércio exterior, sendo. Porém verificou-se que mesmo as empresas tendo acesso a estes instrumentos, os mesmos não foram suficientes para solucionar os demais problemas enfrentados pelas firmas nas exportações.

Assim, diante dessa situação e conforme a opinião das empresas entrevistadas, seriam necessárias algumas políticas adicionais por parte do governo para beneficiar as exportações e permitir a continuidade das atividades. Dentre as sugestões das empresas pode-se citar em ordem de maior para menor preferência, as seguintes ações:

- Interferência na taxa de câmbio quando se fizesse necessário;
- Redução de impostos para as empresas voltadas ao comércio exterior;
- Apoio em consultorias;
- Redução dos custos envolvidos com exportação, como fretes, seguros, portos e outros;
- Políticas voltadas para coibir o protecionismo.

Percebe-se pelas respostas dadas, que para este grupo de empresas, em que a taxa de câmbio aparece como principal fator de competitividade, seja natural apontarem como principal política, a intervenção no patamar do câmbio. Há ainda o destaque para a redução de impostos, neste caso a isenção de ICMS para estas empresas, não compensa o efeito cascata dos tributos que os insumos arcam desde o início de sua cadeia produtiva.

Para finalizar, questionou-se quanto à realização de importação pelas firmas. Neste caso, as empresas importaram algumas matérias-primas que eram utilizadas na elaboração do próprio produto exportado. Estas importações eram na maioria provenientes dos Estados Unidos. Além disso, havia a importação de peças, máquinas e tecnologias que auxiliavam no processo de produção.

As empresas que importaram, afirmaram ainda que a apreciação cambial permite uma redução nos custos de produção, que acaba suprindo em partes a perda de rentabilidade ocasionada pela valorização cambial nas exportações.

4.2.2 Empresas pós-exportadoras (2004 a 2006)

Das 19 empresas participantes deste segmento, 8 delas se localizam no Oeste Catarinense, 4 se localizam no Norte do estado, 4 no Vale do Itajaí, 2 no Planalto Serrano e 1 no Sul do estado. Ressalta-se que as mesmas atuam em vários setores de atividade, dentre os quais pode-se

citar: metal-mecânico (1), máquinas e equipamentos (3), madeireiro (4), metalúrgico (2), moveleiro (2), alimentício (3), materiais elétricos e peças automotivas (2), indústria de sacaria (1) e indústria de sementes (1).

Percebeu-se uma participação maior de empresas de grande porte, com uma representatividade em torno de 47%. A presença de empresas de médio porte situou-se em 32% e as pequenas empresas aparecem com uma representação de 21%. Não houve a participação de microempresas.

Com relação a participação das exportações no faturamento, verificou-se que 42% das empresas pesquisadas apresentam um percentual reduzido advindo das vendas externas - representaram até 10% da receita total. Por outro lado, 16% das empresas possuem uma grande dependência em relação às vendas externas, onde o total de seu faturamento é proveniente das vendas ao mercado externo, ou seja, são empresas que exportam o total de sua produção.

Em relação à pauta de exportação não foram verificadas mudanças durante os anos analisados, ou seja, as empresas pesquisadas mantiveram-se exportando os mesmos produtos. Dentre os principais produtos exportados destacam-se: filtros, sementes híbridas de milho, portas, móveis de madeira, máquinas, autopeças, painéis de madeira, madeiras de pinus bruta, alimentos lácteos, parafusos e sacaria de rafia.

Quanto aos destinos das exportações, grande parte é direcionada para a União Européia, seguido dos Estados Unidos e países do Mercosul. Nota-se que os mesmos se constituem importantes mercados importadores, dado que não perderam posição em nenhum dos anos analisados. Também tiveram significativa participação outros países da América Latina, como a Bolívia, Chile.

Tabela 7: Motivos que levaram as empresas a exportar a partir de 2004

Motivos	Número de empresas
Demanda externa	14
Experiência	7
Taxa de câmbio favorável	6
Capacidade produtiva ociosa	3
Incentivos fiscais	3
Custo interno elevado	1
Busca de novos mercados	1

Fonte: Pesquisa, elaboração própria

Quando questionadas sobre os motivos que levaram as mesmas a exportar a partir de 2004, o fator considerado de maior relevância foi a demanda externa, sendo apontado pela maioria das empresas entrevistadas, conforme se observa na Tabela 8. Posteriormente, a experiência também foi assinalada como algo importante, pois a mesma possibilitou um maior conhecimento acerca do processo que envolve as exportações, deixando as empresas mais seguras para explorar o comércio exterior.¹⁰

Ainda através da Tabela 8, percebe-se que a taxa de câmbio aparece como o terceiro fator mais importante, ou seja, a taxa de câmbio não foi a principal variável que levou essas empresas a exportarem, mas aparece com destaque. Um ponto a ser analisado é que neste período a taxa de câmbio começou a se apreciar, onde novos fatores foram determinantes para as exportações, ou seja, o câmbio deixa de ser a principal variável de incentivo das exportações.

Adicionalmente, as empresas também citaram a capacidade produtiva ociosa, incentivos fiscais (caso da isenção de ICMS sobre as exportações), custos de produção para o mercado doméstico elevados (sobretudo cunha fiscal e logística), e ainda, a busca por novos mercados consumidores como fatores que influenciaram a entrada no mercado externo.

Tabela 8 – Grau de importância para a manutenção das vendas externas

Grau de importância	Nr. Empresas
Extrema importância (de 80% a 100%)	7
Média importância (de 40% a 79%)	9
Pouca importância (até 39%)	3
Sem importância (0%)	0

Fonte: Pesquisa, elaboração própria

Apesar da taxa de câmbio apresentar-se como a terceira variável mais importante, quando questionados sobre a importância do câmbio de forma isolada, percebe-se através da Tabela 8 que 37% dos exportadores classificam o câmbio como de extrema importância, tendo uma relevância de até 100% no desempenho das vendas externas. Posteriormente, 47% das empresas participantes consideram a taxa de câmbio de média importância e 16% de pouca importância.

¹⁰ A experiência citada decorre do fato de algumas empresas já terem realizado exportações esporádicas nos anos anteriores a 2004, que permitiu um maior conhecimento acerca da atividade.

Em seguida, ao abordar sobre a taxa de câmbio ideal, conforme Tabela 9, a maioria das empresas (11), propõe uma taxa de câmbio desvalorizada, sendo entre R\$ 2,01 e R\$ 2,50 (6 firmas), entre R\$ 2,51 e R\$ 3,00 (1 firma) e acima de R\$ 3,01 (4 firmas), demonstrando que apesar de conseguirem conquistar mercados no exterior com um câmbio apreciado, uma depreciação possibilitaria melhores resultados.

Tabela 9: Suposição da taxa de câmbio ideal para as empresas pós-exportadoras

Suposição da taxa de câmbio ideal	Número de empresas
Entre R\$ 1,00 e R\$ 2,00	4
Entre R\$ 2,01 e R\$ 2,50	6
Entre R\$ 2,51 a R\$ 3,00	1
Acima de R\$ 3,01	4
A preço de mercado	4

Fonte: Pesquisa, elaboração própria

Ademais, quatro empresas sugeriram uma taxa de câmbio um pouco mais valorizada, entre R\$ 1,00 e R\$ 2,00, Ainda, a Tabela 9 demonstra-nos que 4 das empresas pesquisadas sugerem a preço de mercado. Esta afirmação possibilita apontar que essas empresas são pouco influenciadas pela taxa de câmbio, devido ao poder de barganha, ou seja, a possibilidade de alterar o preço de seu produto em dólar em períodos de câmbio desfavorável. Ou ainda, que estas empresas possuem escala de produção que possibilitam as mesmas produzir com um custo bastante reduzido.

No que diz respeito às operações de hedge realizadas, verificou-se que é significativo o número de empresas que utilizaram a operação de NDF (*Non-Deliverable Forward* – contrato a termo), atingindo um percentual de 43%, ou 9 firmas. Além disso, 24% das empresas realizaram operações de ACC/ACE, seguidas pela trava de câmbio que foi utilizada por 19% e ainda, 14% se utilizaram do fechamento de contrato de câmbio antecipado. Após destacar as operações utilizadas pelas empresas pesquisadas é importante assinalar as mudanças que as mesmas sugerem por parte do governo.

Tabela 10 - Tipo de operações de hedge cambial efetuadas pelas empresas pós-exportadoras

Operação realizada	Nr. de empresas
ACC/ACE	5
Trava de câmbio	4

Fechamento de contrato de câmbio antecipado	3
NDF	9

Fonte: Pesquisa, elaboração própria

Assim, no que diz respeito às políticas de governo, os entrevistados deram algumas sugestões que poderiam estar beneficiando as empresas exportadoras, dentre as quais pode-se destacar em ordem de maior para menor preferência as seguintes:

- Redução de impostos para as empresas voltadas ao comércio exterior;
- Apoio em consultorias;
- Interferência na taxa de câmbio para beneficiar as exportações;
- Apoio em cursos e feiras para estimular a atividade exportadora;
- Maior volume de crédito direcionado para as exportações.

Através destas respostas verifica-se uma preferência por parte deste grupo de empresas de políticas voltadas para reduzir a cunha fiscal, além de apoio em consultorias. Neste caso a consultoria refere-se as pesquisas de mercado externo, treinamento de pessoal, auxílio nos trâmites para a realização da exportação em si. A interferência na taxa de câmbio também foi lembrada, apesar deste grupo de empresas se apresentarem mais competitivas do que o grupo anterior, demonstrando mais uma vez a relevância por tal elemento.

Em relação às importações das empresas pesquisadas, verificou-se que algumas realizaram a importação de matérias-primas utilizadas na elaboração dos produtos exportados. Dentre os quais pode-se destacar: embalagens diversas, selos para frutas, polipropileno, peças automotivas, cacau em pó, soro de leite, zinco e contra porca. Em relação à origem dessas importações as mesmas são bem diversificadas, sendo provenientes da Argentina, China, Índia, África, Oriente Médio, Inglaterra e Coreia.

5. Conclusão

Neste estudo, procurou-se avaliar a importância da taxa de câmbio sobre as exportações catarinenses, no período de 2001 a 2006. Para tanto, buscou-se examinar a evolução do comércio exterior catarinense e através da aplicação de questionários junto as empresas exportadoras de 2001 a 2006, verificar como e quanto a taxa de câmbio influenciou em suas exportações.

Com relação ao desempenho da balança comercial catarinense percebe-se que o estado de Santa Catarina acompanha o movimento nacional após a abertura comercial, expandindo suas compras e vendas externas, sendo que as vendas vêm superando as compras. Mas apesar desse superávit, verifica-se que o crescimento anual das importações foram superiores ao das exportações no período de 1994 a 2008, 20% e 9,7%, respectivamente, e o estado acabou perdendo participação no total das exportações brasileiras, de 5,5% para 4,2%.

No que tange a pesquisa realizada com as empresas exportadoras do estado, o período de análise foi dividido, gerando dois grupos de empresas. O período que se estende de 2001 a 2003, foi caracterizado pela presença das empresas que tiveram exportações contínuas nestes anos, porém deixaram de exportar a partir de 2003. O outro período de 2004 a 2006 registra a participação de empresas que passaram a exportar de forma contínua a partir de 2004.

Para as empresas pré-exportadoras, a taxa de câmbio teve grande influência no desempenho de suas vendas, onde a mesma foi apontada como fator determinante (de 80% a 100% de importância), sendo o principal fator que contribuiu para saída das mesmas das atividades voltadas ao comércio exterior a partir de 2003 quando a taxa de câmbio se apreciou.

Dessa forma, devido à importância atribuída à taxa de câmbio, as empresas defendem uma taxa de câmbio depreciada, situada na faixa entre R\$ 2,01 a R\$ 3,00, pois a mesma consegue gerar um diferencial em termos de competitividade.

No que diz respeito às empresas pós-exportadoras, a demanda externa foi apontada como fator preponderante para as que as mesmas conquistassem mercados no exterior. A taxa de câmbio não teve muita relevância para o início das atividades deste grupo de empresas, mesmo assim, nota-se que as empresas atribuem considerável relevância a taxa de câmbio, a maioria das empresas entrevistadas defendem uma taxa de câmbio desvalorizada, sendo que 7 empresas defendem a taxa situada de R\$ 2,01 a R\$ 3,00 e 4 preferem-na acima de R\$ 3,01. Quatro empresas preferem o câmbio a preço de mercado.

Em relação às operações de hedge cambial, os dois grupos de empresas se utilizam de alguma modalidade de proteção. Da mesma forma, sobre as linhas de crédito específicas para as exportações, a maioria afirmou não ter necessidade de utilização das mesmas, mas todas citaram ter conhecimento e acesso a esses recursos.

As empresas salientaram ainda que, são necessárias algumas políticas de estímulo às exportações por parte do governo como: a redução de impostos para empresas voltadas ao

comércio exterior, a redução de custos de transação e a realização de consultorias. Nos dois grupos, com maior incidência para as pré-exportadoras, a interferência na taxa de câmbio deve ser realizada pelo Governo como forma de propiciar um fator adicional de competitividade para as firma brasileiras, além de favorecer para sua manutenção e ampliação de sua participação no mercado internacional.

De acordo com a pesquisa, pode-se concluir que a taxa de câmbio confirma-se como uma variável importante para os dois grupos de empresas, embora muito mais importante para as empresas pré-exportadoras do que para as pós-exportadoras. Essa situação demonstra que as empresas pré-exportadoras poderiam estar acostumadas com a aparente proteção da taxa de câmbio e ainda não eram competitivas o bastante quando a taxa se apreciou. Por outro lado, as empresas pós-exportadoras se inseriram no mercado externo por outros motivos, sendo mais competitivas e não tendo muita dependência em relação à taxa de câmbio.

Apesar das empresas destacarem a importância da taxa de câmbio, percebeu-se que há muitos outros fatores que acabam inibindo um melhor desempenho das firmas pesquisadas, como por exemplo, políticas de promoção às exportações, focada em questões de desoneração tributária, desburocratização dos processos de exportação, consultorias e participação em feiras.

O estudo demonstra então que apesar da taxa de câmbio ter grande relevância para as firmas exportadoras catarinenses, foram apontados ainda outras políticas que visem garantir a competitividade internacional destas empresas, como desburocratização e desoneração tributária, além de pesquisas de mercado, e por que não citar, melhoria da infra-estrutura. Neste caso, o câmbio apreciado seria mais um fator de competitividade, por facilitar a aquisição de insumos e tecnologia, e não o contrário como sempre vem sendo criticado.

Por fim, relevante apontar que a manutenção de pesquisas acerca do tema, poderão trazer maior luz sobre o desempenho das empresas catarinenses no mercado internacional, além de propiciar desenhos de políticas pró-exportação mais adequados a realidade destas empresas.

6. Referências

ARAÚJO, E. C. de. **Nível do câmbio e crescimento econômico**: teorias e evidências para países em desenvolvimento e emergentes - 1980-2007. Texto para discussão n. 1425, RJ: IPEA, 2009.

ARAÚJO JÚNIOR, J. T. de. Concorrência, Competitividade e Política Econômica. IN: BAUMANN, R. (Org.). **O Brasil e a Economia Global**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1996. 294 p.

BARROS, O. de; GIAMBIAGI, F. Inserção internacional e amadurecimento macroeconômico: o desafio de transformar a bonança externa em investimento para o futuro. IN: _____.(Orgs.). **Brasil Globalizado: o Brasil em um mundo surpreendente.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 388 p.

BARROS, O. de; PEREIRA, R. R. Desmistificando a tese da desindustrialização: reestruturação da indústria brasileira em uma época de transformações globais. IN: _____.(Orgs.). **Brasil Globalizado: o Brasil em um mundo surpreendente.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 388 p.

CARVALHO, M. A. de; SILVA, C. L. da. **Economia Internacional.** 4. ed. SP: Saraiva, 2007.

CUNHA, I. J. **A economia catarinense rumo a um novo século: uma proposta para a retomada do desenvolvimento industrial.** Florianópolis: Instituto Cepal/SC, 1999. 183 p.

FREITAS, C. E. de. Liberdade Cambial no Brasil. IN: BAUMANN, R. (Org.). **O Brasil e a Economia Global.** Rio de Janeiro: Elsevier, 1996. 294 p.

GALVÃO, O. J. de A. Globalização e mudanças na configuração espacial: da economia mundial uma visão panorâmica das últimas décadas. **Revista Economia Contemporânea.** Rio de Janeiro, v.11, n.1, p.61-97, jan./abr.2007.

GONÇALVES, R. Globalização Financeira, Liberalização Cambial e Vulnerabilidade Externa da Economia Brasileira. IN: BAUMANN, R. (Org.). **O Brasil e a Economia Global.** Rio de Janeiro: Elsevier, 1996. 294 p.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEADATA. Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?1678152500>. Acesso em: 20set. 2008.

JANK, M. S. et al. Exportações: existe uma “doença brasileira”? IN: BARROS, O. de; GIAMBIAGI, F. (Orgs.). **Brasil Globalizado: o Brasil em um mundo surpreendente.** RJ: Elsevier, 2008. 388 p.

KRUGMAN, P. R; OBSTFELD, M. **Economia Internacional: teoria e política.** 5. ed. SP: Makron Books, 2001. 797 p.

LEVY, P. M.; NONNENBERG, M. J. B.; COSTA, K. P. da. O desenvolvimento da China e da Índia – lições e implicações para o Brasil. IN: BARROS, O. de; GIAMBIAGI, F. (Orgs.). **Brasil Globalizado: o Brasil em um mundo surpreendente.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 388 p.

LISBÔA, E. G. **Análise dos efeitos da taxa de câmbio sobre a balança comercial brasileira, no período 1992 a 2003.** 2005.86f. Dissertação (Mestrado em Economia)- Universidade da Amazônia, 2005. Disponível em: <http://www.unama.br/mestrado/mestrado/mestrado/Economia/dissertações/PDF/2005/analise-dos-efeito-da-taxa-de-cambio-sobre-a-balanca-comercial-brasileira-no-periodo-1992-2003.pdf>. Acesso em:20 fev.2009.

MARKWALD, R. A. O impacto da abertura comercial sobre a indústria brasileira: balanço de uma década. **Revista Brasileira de Comércio Exterior.** Rio de Janeiro: n.68, p.1-28, jul./set./2001.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, MDIC. Disponível em <http://www.mdic.gov.br/sitio/>. Acesso em: 28 ago.2008.

MIRANDA, J. C. **Abertura comercial, reestruturação industrial e exportações brasileiras na década de 1990**. Texto para discussão n.829, Brasília: IPEA, 2001.

OREIRO, J. L.; RANGEL, F. D. Crises cambiais, profecias auto-realizáveis e o imposto Tobin. **Revista de Economia**. Paraná: n. 24, p. 1-18, jul./2001.

PASTORE, A. C.; PINOTTI, M. C.; ALMEIDA, L. P. de. Câmbio e crescimento: o que podemos aprender? IN: BARROS, O. de; GIAMBIAGI, F. (Orgs.). **Brasil Globalizado: o Brasil em um mundo surpreendente**. Rio de Janeiro. Elsevier, 2008. 388p.

PUGA, F. P. **A inserção do Brasil no comércio mundial: o efeito China e potenciais de especialização das exportações**. Texto para discussão n. 106, Rio de Janeiro: BNDES, 2005. 68 p.

RIBEIRO, F. J.; MARKWALD, R. A balança comercial sob o regime de câmbio flutuante. In: BARROS, O. de; GIAMBIAGI, F. (Orgs.). **Brasil Globalizado: o Brasil em um mundo surpreendente**. Rio de Janeiro. Elsevier, 2008.388p.

STEIN, Y. Sinal amarelo no front externo. **Revista desafios do desenvolvimento**. RJ: IPEA, dez/2007.

ZINI JR., Álvaro Antônio. **Taxa de câmbio e Política Cambial no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.191p.